

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/388525841>

Apresentação do Dossiê "Política contenciosa e o desejo de mudança: o presente como problema, o passado como inspiração"

Article · January 2025

CITATIONS

0

READS

10

2 authors:



Mariana Affonso Penna

Instituto Federal de Goiás

24 PUBLICATIONS 27 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Pablo Pamplona

University of São Paulo

7 PUBLICATIONS 2 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Apresentação

Dossiê “Política contenciosa e o desejo de mudança: o presente como problema, o passado como inspiração”

Mariana Affonso Penna*

mariana.penna@ifg.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-5415-795X>

Pablo Pamplona**

pablopamplona@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2744-9196>

Em 1976, o historiador francês Jean Chesneaux publicava o provocativo ensaio “Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores”. Nele, Chesneaux entende a História como uma relação ativa com o passado. Como tal, seria preciso entender que é o presente que impõe suas pautas ao revisitar as experiências de outros tempos. Segundo ele, “cada um escolhe o seu passado, e essa escolha nunca é inocente”. Fica patente, nesta afirmação, o sentido inherentemente político do fazer histórico. São justamente os problemas e os diferentes interesses em torno das urgências que a realidade vivida impõe, aqueles a questionar e intimar o passado em busca de soluções e de legitimação.

O momento atual é marcado pela ascensão de movimentos e governos de viés declaradamente autoritário, em diferentes regiões do mundo. Uma sensação de *déjà vu* histórico nos remete ao passado recente do Entreguerras, do nazifascismo; às polarizações ideológicas da Guerra Fria; ou, no caso específico brasileiro, ao “Dia que durou 21 anos”. A busca de explicações para o avanço do autoritarismo sobre as democracias liberais de nossos dias através da simples reconstrução destas experiências do século XX arrisca obscurecer o que há de novo neste fenômeno. A história não se repete, a menos que seja a tragédia convertida em farsa,

* Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professora no curso de História do Instituto Federal de Goiás.

**Mestre e doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante do *Heidelberg Center for Ibero-American Studies* na Universidade de Heidelberg, Alemanha, com bolsa Capes-DAAD. Membro do Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias e do laboratório de Psicologia Social Crítica: Lutas Sociais, Memórias, Territórios.

conforme a célebre frase de Karl Marx. No entanto, este passado deixa heranças e se faz presente no campo das lutas políticas e, como tal, é parte da prática social.

A reinterpretação dos processos históricos proveniente do levantamento de novas fontes e do aprofundamento de metodologias investigativas é um exercício legítimo e recorrente no ofício do/a historiador/a. No entanto, as fronteiras, os limites entre a necessária revisão inerente à historiografia e o negacionismo como um exercício politicamente motivado de falsificação histórica nem sempre se fazem evidentes aos olhos de pessoas leigas. E o uso da mentira como instrumento de disputa na arena política é uma prática conscientemente disseminada pelas correntes político-ideológicas autoritárias como ficou patente na emblemática estratégia do uso da “grande mentira” na propaganda nazista. Reeditada, a mentira dos dias atuais se expressa desde nas chamadas “fakenews” difundidas em redes sociais, aos negacionismos históricos, disfarçados de revisionismos, empenhados em manipular e distorcer a produção historiográfica para seus fins políticos.

Frente a tão adverso contexto histórico, é perceptível, conforme destacava Chesneaux, que o conhecimento do passado é uma “zona asperamente disputada”. Em meio a este confronto, torna-se imperativo compreender o lugar das/os historiadoras/es. A responsabilidade e o compromisso com a verdade são as bases éticas do nosso ofício, nos advertia Eric Hobsbawm em “Sobre a História”. Mas estes princípios não se confundem com uma pretensa neutralidade ou o olhar de sobrevoo advogado pelo pensamento positivista. A história está intrinsecamente relacionada à prática social e como tal, “nunca está acima da peleja”, nos lembra Chesneaux. Em meio à adversidade do obscurantismo e da tirania, precisamos nos munir de história. Como ambos os historiadores avigoram: se o presente vai mal, temos necessidade de inquirir o passado por respostas. Este dossiê convidou pesquisadores a olhar para a história em suas manifestações de política contenciosa, expressas especialmente na forma de movimentos sociais, e em como estes se munem do passado na busca de soluções para o que entendem como urgências de seus tempos.

Este dossiê buscou explorar essas tensões, propondo reflexões sobre a relação entre história e política contenciosa. A ideia é examinar como os movimentos sociais – enquanto manifestações políticas que questionam as estruturas vigentes – recorrem ao passado para construir estratégias de ação e legitimação no presente. Os textos reunidos abordam diferentes perspectivas desse fenômeno, explorando temáticas que vão do mundo do trabalho às disputas de memória urbana, passando por análises de lideranças messiânicas, gênero e religiosidade.

O artigo “A uberização da classe trabalhadora: um mergulho no passado, uma análise do presente e um vislumbre para o futuro”, de Amanda Milhomem Silva, oferece uma análise das transformações recentes no mundo do trabalho a partir dos movimentos de entregadores de aplicativos durante a pandemia. Valendo-se do conceito de classe de E. P. Thompson, o texto investiga se essas mobilizações podem ser interpretadas como um embrião de uma nova classe trabalhadora, forjada pela experiência comum de precariedade e exploração no capitalismo de plataformas.

Em “O coletivismo, a política e a religiosidade no caso da Santa Dica de Goiás”, Eduardo José de Alvarenga analisa o movimento messiânico liderado por Benedita Cipriano Gomes, a Santa Dica, no interior de Goiás na década de 1920. O autor investiga como esse movimento articulou práticas religiosas e coletivistas em uma crítica às estruturas de poder locais, demonstrando o papel da religiosidade na formação de movimentos sociais com objetivos políticos.

Leticia Queiroz Silva, em “Movimento social messiânico: Belo Monte e a utopia sertaneja”, revisita o movimento de Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro. A partir da análise de seus escritos, o artigo reflete sobre como a religiosidade de Conselheiro dialogava com as condições materiais vividas por seus seguidores, articulando uma visão de mundo que se manifestava politicamente no sertão.

No ensaio “Hegemonia Masculina e Protagonismo Feminino nas lutas populares: reflexões à luz da experiência do Movimento das Comunidades Populares”, Mariana Affonso Penna reflete sobre o papel das mulheres em movimentos sociais ligados à esquerda católica. A análise destaca como a metodologia do Movimento das Comunidades Populares permitiu a emergência de lideranças femininas em contextos de periferia urbana e rural, mesmo sem uma abordagem explícita das questões de gênero.

Max Cavalcante de Almeida, no artigo “Os Meninos do Césio: memórias, ausências e preconceitos”, discute as consequências do acidente com o Césio-137 em Goiânia em 1987. Focalizando o grupo conhecido como “Os Meninos do Césio”, o texto explora como o Estado construiu narrativas de apagamento em torno da tragédia e como essas estratégias afetaram as memórias e percepções das populações diretamente impactadas.

Por fim, Pablo Pamplona, em “Dos monumentos da barbárie aos monumentos da libertação: aspectos das disputas de memória na cidade”, propõe uma releitura das disputas de

memória urbana por meio dos conceitos de “monumentos da barbárie” e “monumentos da libertação”. O ensaio examina casos como a estátua de Borba Gato e o Hospital M’boi Mirim em São Paulo, articulando como as lutas populares podem ressignificar o espaço urbano e os marcos materiais que o compõem.

Os artigos reunidos neste dossiê não apenas iluminam diferentes aspectos das relações entre movimentos sociais e história, mas também demonstram como a pesquisa historiográfica pode contribuir para a compreensão de questões contemporâneas. Ao trazer à tona vozes e experiências muitas vezes marginalizadas ou silenciadas, eles reafirmam o papel da história como um campo de diálogo crítico e como ferramenta para a construção de futuros possíveis. Assim, este dossiê busca não apenas lançar luz sobre o passado, mas também fornecer subsídios para refletir sobre as possibilidades de ação no presente, destacando o caráter dinâmico e transformador da relação entre memória, política e sociedade.

Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito da História. In BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 25, 2006.
- LIMA, Valesca; PANNAIN, Rafaela N.; MARTINS, Gabriela Pereira (Ed.). The Consequences of Brazilian Social Movements in Historical Perspective. Taylor & Francis, 2022.
- LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. Estudos Avançados, vol. 16 no. 45, p. 199-206, 2002.
- PENNA, Mariana Affonso. Utopias e Ucronias: inquietações do presente e usos políticos do passado. História Revista, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 112–141, 2021. DOI: 10.5216/hr.v26i2.68644. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/68644>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- TRAVERSO, Enzo. O passado, modos de usar: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.